



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

BIA SILVEIRA CARNEIRO

**QUANDO SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS
CAMINHAM LADO A LADO: ALIANÇAS PARA A
REVITALIZAÇÃO DO SINDICALISMO**

**Fevereiro de 2015
Oficina n.º 421**

Bia Silveira Carneiro

**Quando sindicatos e movimentos sociais caminham lado a lado:
alianças para a revitalização do sindicalismo**

**Oficina do CES n.º 421
Fevereiro de 2015**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Bia Silveira Carneiro*

**Quando sindicatos e movimentos sociais caminham lado a lado:
alianças para a revitalização do sindicalismo****

Resumo: Transformações no mundo do trabalho decorrentes do fim do fordismo e com a instauração da globalização neoliberal transformaram o papel dos sindicatos, que estão a passar por uma crise de identidade e legitimidade. O artigo discute os principais aspetos ligados a esta crise, enquadra o sindicalismo como movimento social e defende a aliança com outros movimentos sociais como estratégia para a sua revitalização. Para ilustrar o conceito, apresenta um estudo de caso proveniente do Brasil, que demonstra a ação conjunta de um sindicato tradicional, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, com um “novo” movimento social, o Movimento Passe Livre – coletivo que desencadeou as manifestações conhecidas como as “Jornadas de Junho” de 2013.

Palavras-chave: sindicalismo de movimento social, revitalização sindical, movimentos sociais, manifestações, Brasil.

1. Introdução

O sindicalismo é uma das formas de ação coletiva mais duradouras desde a industrialização no século 18. Por essa razão, os sindicatos e suas lutas já exerceram vários papéis na sociedade e, conseqüentemente, também já foram compreendidos de diversas formas. Hoje em dia, já não é surpresa que os sindicatos estão a passar por uma crise – tanto de identidade quanto de legitimidade. As transformações no mundo do trabalho decorrentes do fim do fordismo e com a instauração da globalização neoliberal – cujo estímulo ao individualismo enfraqueceu a ação coletiva e afetou negativamente a tradição de luta do movimento operário – transformaram consideravelmente o papel do sindicalismo (Estanque, 2008a). Conforme apontado por Ricardo Antunes (*apud* Estanque e Costa, 2012: 261), enquanto a classe trabalhadora tradicional encolheu, uma intensa subproletarização do trabalho foi efetivada, resultando numa diversidade de novas formas de trabalho: a tempo parcial, precário, informal, terceirizado, entre outros. Conseqüentemente, a classe trabalhadora se tornou mais homogênea, mais complexa, e certamente mais fragmentada (*ibidem*).

* Estudante do Programa de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra). Contato: biacarneiro@ces.uc.pt

** Este artigo é uma versão ligeiramente revista de um ensaio elaborado, no presente ano letivo de 2014/15, no âmbito da disciplina de “Trabalho, Sindicalismo e Globalização” do Programa de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo.

Contudo, apesar do trabalho hoje ter menos importância na definição das identidades individuais, estas tendências estão longe de confirmar o fim da classe trabalhadora, tendo em vista que grande parte dos atuais conflitos e lutas continuam intrinsecamente ligados às questões laborais (Estanque e Costa, 2012). Ao invés de desaparecer, o trabalho “ganha nova centralidade ao mesmo tempo que se combina sobre diferentes lógicas” (Estanque, 2011: 53). Neste sentido, a despeito das diversas narrativas que tentam minimizar a importância do movimento operário organizado, a verdade é que o sindicalismo continua tão relevante como sempre.

De acordo com Estanque (2008a), apoiado no pensamento de Alain Touraine, um movimento social existe quando uma dada luta coletiva obedece a três princípios: *identidade* (uma comunidade mobilizada e animada por um sentimento de pertença), *oposição* (a existência de um adversário comum, claramente identificado), e *totalidade* (com objetivos sociais mais vastos e apoiado por um projeto cultural alternativo). A nossa perspectiva é a de que, apesar dos seus aspectos corporativos e instrumentais, o sindicalismo se enquadra nesta definição e qualquer estratégia de renovação deve ser pensada sob a ótica do sindicalismo como movimento social.

O presente artigo parte desta concepção para discutir a questão da crise do sindicalismo e defende a criação de alianças com outros movimentos sociais como uma estratégia essencial para sua revitalização. Iniciamos com um enquadramento da teoria dos novos movimentos sociais, cujas características diferenciadoras dos movimentos tradicionais, dentre os quais normalmente se encaixa o sindicalismo, vai apresentar elementos necessários para a análise do sindicalismo como movimento social. Em seguida aprofundamos sobre as recentes mudanças no mundo do trabalho, as suas consequências para o movimento operário, e as principais abordagens de resistência a um suposto declínio. Finalmente, ilustramos a estratégia de articulação entre movimentos sociais com um estudo de caso proveniente do Brasil que demonstra a ação conjunta de um sindicato tradicional, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, com um “novo” movimento social, o Movimento Passe Livre – coletivo que desencadeou as manifestações conhecidas como as “Jornadas de Junho” de 2013. A trajetória conjunta das duas entidades centradas no transporte público – que lutam pela redução das tarifas para os usuários e por melhores condições de trabalho para os funcionários – mostra que ambos têm a ganhar quando percebem a sinergia existente entre as suas reivindicações.

2. Os novos movimentos sociais

Movimentos sociais são frequentemente denominados “velhos” ou “novos” dependendo das dinâmicas sobre as quais estão baseados, nomeadamente entre fundamentações econômicas – como o “velho” sindicalismo – ou socioculturais – como os “novos” movimentos estudantis, ambientais, de direitos humanos, etc. (Estanque e Costa, 2012).

Resumidamente, os novos movimentos sociais surgiram nos anos 1960 e apresentaram novas formas de mobilização e ativismo, novos discursos e novas estruturas organizacionais que se contrapunham aos movimentos já institucionalizados e aos partidos políticos (Estanque, 2008a). Algumas das principais características dos novos movimentos sociais, que contrastam com as organizações sindicais em geral, incluem: uma ideologia crítica com relação ao progresso; estruturas flexíveis, descentralizadas e participativas; a valorização da autonomia acima dos bens materiais; a defesa da solidariedade interpessoal contrária às burocracias; as lideranças horizontais e espontâneas; os objetivos imediatos e de longo prazo, bem como uma compreensão da ligação entre causas locais e globais; a importância das redes sociais e das tecnologias de informação como ferramentas de mobilização; e a forte participação de jovens da classe média e com níveis de educação elevados (Della Porta e Diani, 1999; Estanque, 2008a; Lima e Artiles, 2014). A estas características, acresce a fluidez da sua organização, o fato de a participação ser inclusiva e não ideológica, e de a atenção ser voltada para a transformação social acima da econômica (Della Porta e Diani, 1999: 12).

Como era de esperar, o sindicalismo olhou para os novos movimentos sociais com desconfiança e ceticismo (Estanque, 2008a), principalmente no caso daqueles que consideravam que o principal papel dos sindicatos era o da negociação coletiva como forma de obter melhores condições laborais em detrimento da luta de classes. O enfoque no caráter institucional do sindicato inclusive leva alguns teóricos a questionarem o sindicalismo como um movimento social (Fantasia e Stepan-Norris, 2004) e apontarem as principais diferenças *vis-à-vis* os novos movimentos:

os protestos de iniciativa sindical e de iniciativa dos novos movimentos sociais são distintos, no plano das lógicas de ação e de organização e das principais referências: a lógica estruturada, vertical e relativamente rígida/burocrática de organização dos primeiros contrasta com a lógica flexível, horizontal e em rede dos segundos; a centragem prioritária dos sindicatos nos aspetos económicos e sociais contrasta com a centragem prioritária dos movimentos sociais no campo metapolítico; as referências e a ação a nível nacional predominam no campo

sindical; enquanto as referências e ação que articulam o local e o global predominam no campo dos novos movimentos sociais. (Lima e Artiles 2014: 142)

Para o objetivo deste artigo o que nos interessa é destacar que as mobilizações sociais da atualidade não se centram apenas no descontentamento com as condições econômicas e sociais; ademais, elas expressam “motivações metapolíticas, relacionadas com o grau de insatisfação com o funcionamento da democracia e com a ausência de respostas do sistema político aos problemas económicos e sociais” (*ibidem*: 138). Trazendo o debate ainda mais para os dias de hoje, os aspetos dos novos movimentos sociais discutidos acima continuam pertinentes para muitos acontecimentos recentes a nível mundial – nomeadamente a onda de mobilizações a partir de 2008, nas quais a crise económica mundial, aliada à uma crise de legitimidade da democracia e à percepção geral de uma imensa desigualdade social, possibilitaram que a indignação individual chegasse ao ponto de ebulição coletiva (Castells, 2013). Importa observar novamente, que estes protestos não foram apenas baseados no descontentamento económico, mas também numa indignação com a injustiça e com os poderes instituídos. Portanto, embora alguns autores já chamem estas mobilizações de “novíssimos movimentos sociais” (Lima e Artiles, 2014), este artigo continuará a utilizar o termo “novos movimentos sociais”.

Retomando a ligação com o sindicalismo, para Estanque e Costa (2012) as manifestações recentes assinalam o fim da divisão entre os “velhos” e os “novos” movimentos sociais. A tendência atual aponta para uma convergência entre as agendas e os alvos das lutas socioculturais dos estudantes e dos segmentos populacionais com alto nível educacional, com os objetivos das lutas laborais, que passam a incorporar a crescente massa de trabalhadores precários (Estanque e Costa, 2012; Lima e Artiles, 2014). Por consequência, a mobilização conjunta que engloba aspetos ligados ao mundo do trabalho, mas ciente das conexões com lutas mais amplas por direitos ou pela justiça social, emerge também nas discussões acerca da reformulação do movimento operário a partir do paradigma do sindicalismo de movimento social. A seguir, apresentamos os principais desafios e estratégias para o sindicalismo face à consolidação da globalização neoliberal.

3. A crise no sindicalismo

O campo do trabalho foi o que mais sofreu com os impactos desestruturadores da globalização neoliberal (Costa, 2008; Estanque, 2011). A liberalização da economia, a erosão dos direitos dos trabalhadores e as novas configurações “flexíveis” do mercado de trabalho enfraqueceram o movimento sindical (Kloosterboer, 2008; Estanque, 2011; Estanque e Costa, 2012). Anteriormente, durante os “30 anos gloriosos” do capitalismo fordista, os sindicatos conseguiram reconhecimento e tornaram-se atores importantes na promoção do bem-estar social, modificando inclusive a sua posição de “movimento” para uma posição de “parceiro social” (Estanque e Costa, 2012: 259). A crise do petróleo nos anos 1970 iniciou um período de declínio gradual das condições de trabalho e um aumento do desemprego que rapidamente piorou a situação econômica global. Como resposta, políticas de flexibilização e desregulamentação dentro do paradigma do neoliberalismo vieram acompanhadas de medidas para restringir a influência dos sindicatos (Kloosterboer, 2008; Estanque e Costa, 2012). Desde então, os sindicatos têm sido acusados de atuarem na defensiva e de causarem impedimentos para o crescimento econômico e para a criação de novos empregos, mesmo quando estão a enfrentar a “crescente evasão dos empregadores, que podem transferir empregos para o exterior, subcontratar trabalho, explorar os trabalhadores mais vulneráveis como os emigrantes sem documentação, e destruir a segurança de emprego”, práticas que acabam por estimular o conflito entre os próprios trabalhadores (Kloosterboer, 2008: 20) e fomentar a precariedade (Estanque e Costa, 2012).

Além disso, os sindicatos passaram por um processo de institucionalização no qual o diálogo e a negociação – e muitas vezes até a cooptação por influências partidárias – substituíram a luta de classes, o que também acabou por enfraquecer a dinâmica do sindicalismo como movimento social (Costa, 2011; Estanque e Costa, 2012). De fato, o sindicalismo “despolitizou-se” e perdeu influência quando as bases passaram do setor operário tradicional para o novo segmento dos serviços – a classe média assalariada (Estanque, 2008a). Outras questões, como os problemas com a “democracia interna, a tendência à burocratização, a resistência à renovação das lideranças e as dificuldades de manter uma permanente ligação às bases constituem alguns dos obstáculos que se colocam à revitalização do sindicalismo” (*ibidem*).

A realidade é que a perda da influência sindical resulta, tanto de fatores externos, quanto de desafios internos:

A mítica classe operária que alimentou o discurso sindicalista do passado está em irreversível desagregação e não surge no horizonte nenhuma outra entidade capaz de congrega a unidade dos assalariados. As atuais pressões do mercado e da economia global deixam os sindicatos uma margem de manobra cada vez mais estreita, mas por outro lado, o esforço de atualização por parte das estruturas sindicais tem sido diminuto e insuficiente para responder aos problemas da atualidade. Sobra então espaço para novos atores e movimentos (Estanque, 2011: 60).

Em suma, o cenário atual acabou também por engendrar novas expressões de protesto e de luta que podem inspirar as mudanças necessárias no movimento sindical. Estas novas narrativas aproximam o sindicalismo dos novos movimentos sociais.

4. As estratégias de revitalização

O sindicalismo social democrata, assente numa negociação ou parceria institucionalizada com governos e empregadores, não parece oferecer mais garantias de produzir resultados positivos. Daí a necessidade de recuperar o papel de movimento social do sindicalismo e construir tanto a escala nacional como supranacional alianças com outras organizações da sociedade civil. (Costa, 2011: 30)

Tal como defende Costa, a necessidade de reflexão sobre novos caminhos para o sindicalismo é evidente, tanto da sua conjuntura interna quanto da relação com atores externos, e desta forma, a discussão em torno do sindicalismo de movimento social desta secção baseia-se principalmente neste pressuposto.

No início do movimento operário os sindicatos lutaram por direitos como o direito ao trabalho, ao emprego, ao salário, à reforma, à segurança social, à saúde, à segurança no trabalho, entre outros (*ibidem*: 15). Embora hoje estas reivindicações pareçam triviais, no final do século XVIII elas representavam uma questão de direitos humanos completamente inovadoras, o que já apontava para o papel de “movimento social” do sindicalismo, na sua concepção atual. O autor define o sindicalismo de movimento social como um espaço diversificado para a “combinação de múltiplas experiências” que “rejeita a separação entre política e economia” (*ibidem*: 36). Nesta mesma linha, Estanque identifica quatro características do sindicalismo de movimento social que o diferencia da vertente corporativista que lhe é frequentemente atribuída: a afirmação de identidades e interesses coletivos dos trabalhadores; a tensão entre a defesa dos interesses da classe trabalhadora e as lutas mais gerais contra a opressão; a prioridade dada à relação ‘normal’ de emprego; e a representação da classe trabalhadora no seu

conjunto (Estanque, 2008a). Sendo assim, as lutas dos trabalhadores representariam apenas um entre os muitos esforços para a defesa da democracia real, a emancipação e a consciencialização sobre a questão social (Estanque, 2008a; Costa, 2011).

O sindicalismo de movimento social desponta no Sul Global, já que, no contexto dos países em desenvolvimento como são os casos do Brasil e da África do Sul, além de proteger os interesses da sua base associada, os sindicatos também buscavam elevar os padrões de vida da classe trabalhadora como um todo (Costa, 2011: 38). Desta forma, estabeleceram uma ligação direta entre a consciência de classe e a consciência da cidadania, que acaba por ampliar o campo de atuação do movimento sindical e facilitar a articulação com outros movimentos.

A aliança com outros movimentos fora do campo sindical é essencial para a efetivação do sindicalismo de movimento social e uma condição para sua revitalização. Esta premissa é partilhada tanto por académicos, quanto por membros do movimento operário no terreno: “o sindicalismo global do século 21 será mais bem sucedido se melhor se articular com outros ‘globalismos’... e com outras causas” (Lousã, 2011: 141). Verificou-se que as alianças com organizações da comunidade fortalecem o apoio em campanhas (diretamente ligadas à agenda operária ou sobre temáticas mais abrangentes), possibilitam maior contato com trabalhadores difíceis de encontrar (*i.e.* precários, temporários, desempregados, etc.) e contrariam a imagem dos sindicatos como organizações de interesses particulares e limitados (Kloosterboer, 2008: 12). Importa salientar que muitas inovações nos sindicatos são dinamizadas por lições exteriores à organização (*ibidem*: 28). Porém, também é preciso reconhecer que mudanças significativas nem sempre são recebidas com facilidade, já que elas pressupõem uma ruptura com “a prática de acomodação ao funcionamento burocrático em que boa parte do sindicalismo de hoje se deixou enredar (Estanque, 2008b). Os “guardiões” do poder receiam perder suas posições privilegiadas e por isso é necessário que os dirigentes sindicais estejam preparados para a mudança e para avançar novas estratégias (Kloosterboer, 2008: 26).

5. Novos movimentos sociais e sindicalismo lado a lado

As manifestações que tiveram lugar no Brasil em 2013 e ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”, foram essencialmente iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), que mobilizou ativistas contra um aumento nas tarifas dos transportes públicos por todo o país. A repressão policial contra estes manifestantes pacíficos em São Paulo

teve uma enorme repercussão a nível nacional e desencadeou uma das maiores mobilizações populares no país desde a redemocratização (Sampaio Júnior, 2013). A ampliação dos grupos participantes e das reivindicações (que abrangeram os serviços públicos, a corrupção, a Copa do Mundo, entre outras) foi assunto de ampla cobertura midiática no Brasil e no mundo. Apesar das inúmeras vertentes analíticas possíveis para esta situação, o que nos interessa neste artigo é examinar a articulação do MPL de São Paulo com o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, tanto num primeiro momento de mobilização, quanto em iniciativas subsequentes.

Antes disso, importa contextualizar o movimento sindical brasileiro, nomeadamente no que se refere à percepção da sua perda de protagonismo político desde a entrada do Partido dos Trabalhadores na presidência em 2003. Como referem Araújo e Oliveira, “se no período anterior o movimento sindical se encontrava em uma posição de *resistência defensiva*, sob a presidência de Lula se colocou, de grosso modo, em uma atitude passiva e de expectativa frente às iniciativas do governo” (2014: 56). Essencialmente, se levarmos em conta que a teoria do sindicalismo de movimentos sociais tem o Brasil como uma de suas origens, a sensação hoje é de que, durante a gestão dos Presidentes Lula da Silva e Dilma Roussef, a luta de classes foi instrumentalizada (Braga, 2012). Em entrevista, Ricardo Antunes afirma que – igual aos desafios delineados acima – a crise de representatividade do sindicalismo no Brasil “decorre de vários fatores como a burocratização das instituições, o distanciamento da cúpula com os trabalhadores e o imposto sindical” (Oliveira, 2014). O que significa que, quando as manifestações das Jornadas de Junho questionaram a legitimidade das instituições tradicionais no Brasil, também atingiram os sindicatos.

De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2013), as manifestações trouxeram à tona a fragilidade das instituições brasileiras e denunciaram a necessidade de mudanças na organização da economia e da sociedade. A diversidade da massa que tomou as ruas também foi notável, já que praticamente todos os segmentos da sociedade – da classe média ao lumpemproletariado – aproveitaram a oportunidade para expressar a sua indignação. É, todavia, importante salientar que desde o princípio, “o núcleo duro das manifestações – suas lideranças e sua vanguarda mais aguerrida – foi composto por estudantes que trabalham e trabalhadores que estudam” (Sampaio Júnior, 2013). Assim, ainda que partidos e sindicatos não tenham conseguido espaço proeminente na organização das mobilizações, militantes estavam presentes e distribuídos pelos

diversos coletivos que compuseram a massa de manifestantes. Numa entrevista o historiador Marcelo Badaró Mattos realça que:

[...] quando as manifestações multitudinárias [de 2013] levantaram bandeiras como “Da Copa eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação”, ecoaram os últimos vinte anos de lutas dos trabalhadores do serviço público nessas áreas, que reivindicaram não apenas melhores salários e condições de trabalho para si, mas também defenderam saúde e educação pública de qualidade como direito de todos, em tempos de privatização e péssimas condições de oferta desses direitos fundamentais. (Fachin, 2014)

A partir deste enquadramento, examinemos então a aliança entre o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) e o Sindicato dos Metroviários de São Paulo (Metroviários). No dia 2 de junho de 2013, o prefeito da cidade de São Paulo anunciou, junto com o governador do Estado, um aumento na tarifa do transporte público (ANEL, 2013a). A notícia levou a articulação de “uma frente entre amplos setores de trabalhadores, estudantes e demais movimentos sociais da cidade para resistir [o] aumento” (*ibidem*), visto como uma afronta à classe trabalhadora que se configura como principal usuária dos transportes públicos. Liderada pelo MPL-SP, a frente reuniu diversas organizações comunitárias e estudantis, partidos de esquerda, uma central sindical e os Metroviários, que assinaram um manifesto de repúdio divulgado em sites e redes sociais: “A luta contra o aumento das passagens é de toda população” (ANEL, 2013b). Importa apontar que a aliança entre o MPL-SP e os Metroviários já havia começado algumas semanas antes, quando o MPL-SP declarou apoio às reivindicações do sindicato na campanha salarial, salientando a agenda comum entre os usuários e os funcionários do serviço de transporte:

O Movimento Passe Livre declara todo seu apoio às reivindicações e à mobilização dos metroviários, pois entendemos que nossa luta é a mesma: contra a privatização, contra os aumentos na tarifa e contra a precarização do trabalho! Um transporte verdadeiramente público – de acesso universal e fora da iniciativa privada – só será conquistado com a união dos trabalhadores e usuários. Afinal, somos nós – os passageiros que usam o transporte todo dia e os trabalhadores que fazem o sistema funcionar – aqueles que devem decidir sobre o sistema de transporte, e não os patrões! (MPL, 2013a)

As manifestações contra o aumento nas tarifas em São Paulo ocorreram nos dias 6, 7, 11, 13 e 17 de junho de 2013; a repressão policial dos primeiros atos ganhou espaço nos meios de comunicação e o número de manifestantes aumentou

consideravelmente de evento para evento (Sampaio, 2013). O MPL foi o principal mobilizador dos atos, que contaram com a presença dos Metroviários (o presidente inclusive foi detido arbitrariamente pela polícia). Ao mesmo tempo, junto com os movimentos sociais, o sindicato participa de uma reunião com o Ministério Público Estadual (MPE), na qual protocola uma petição com milhares de assinaturas pedindo a suspensão do reajuste e propõe a revogação do aumento das tarifas para negociações, proposta aceita pelo MPE, que compromete a interceder (Metroviários, 2013a).

Sob pressão, a revogação do reajuste é anunciada pelo Prefeito e pelo Governador no dia 19 de junho (*GI São Paulo*, 2013), fato divulgado amplamente nos diversos meios de comunicação social e nas redes sociais, tanto do sindicato como do MPL (Metroviários, 2013b e 2015a; MPL, 2015a). Com esta conquista, e com a escalada no número de manifestações e na diversidade dos participantes, a pauta do transporte público perde força e os protestos – que nessa altura ocorriam diariamente por todo o país – começam a tomar outro rumo. A 21 de junho, depois de ter organizado sete atos contra o aumento das passagens em São Paulo, o MPL resolve não convocar mais mobilizações devido à divergências com outros manifestantes, especialmente ligadas à hostilização de partidos e movimentos sociais presenciados no protesto do dia anterior: “o MPL luta por um transporte verdadeiramente público, que sirva às necessidades da população e não ao lucro dos empresários. Assim, nos colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os de baixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima” (*Carta Capital*, 2013).

No mês seguinte, agosto 2013, o MPL-SP apoia a participação dos Metroviários no Dia Nacional de Lutas organizado pelas centrais sindicais (Agostine, 2013) e as duas entidades juntam-se novamente numa campanha de mobilização contra um escândalo de corrupção do governo do estado nas obras do Metrô, sob o lema “Chega de sufoco, chega de corrupção: trabalhadores e usuários por um transporte público, estatal e de qualidade!” (Metroviários, 2013c). A campanha incluiu manifestações públicas, ações de conscientização da população e a entrega de uma carta de reivindicações à Secretaria Estadual dos Transportes (Magalhães, 2013; MPL, 2013b). As exigências são, tanto no âmbito laboral, como a contratação de mais funcionários e o fim das privatizações, quanto de natureza social, como a redução da tarifa, o fim da corrupção e a criação de um conselho de trabalhadores e usuários para a gestão conjunta dos transportes públicos (Metroviários, 2013c). Em nota, o MPL explica sua posição: “sabemos que só unindo a

luta dos passageiros com a dos trabalhadores é que conquistaremos um transporte verdadeiramente público, sem tarifa e sob controle popular” (MPL, 2013c).

Em outubro 2013 e ao longo de 2014, o sistema de transportes públicos foi novamente alvo do governo estadual, que anunciou cortes nos gastos e a demissão de funcionários. Em junho de 2014, um ano depois da revogação do aumento das tarifas e em retaliação a uma greve dos Metroviários, a Secretaria Estadual de Transportes anuncia a demissão de mais de 40 funcionários “que teriam incentivado a população a pular catracas [torniquetes] e feito uso impróprio dos equipamentos do Metrô” (*Brasil de Fato*, 2014). O MPL-SP e os Metroviários continuaram a mobilizar em conjunto, estabelecendo alianças com outros grupos. Por exemplo, ambos participam do Ato pelas Liberdades Democráticas, realizado em julho na Câmara Municipal de São Paulo, ao lado de vários outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os Advogados Ativistas e o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão, bem como sindicatos, partidos políticos, parlamentares e intelectuais:

Ao final do ato foi lido e aprovado o Manifesto pelas Liberdades Democráticas. Além de denunciar as iniciativas governamentais de repressão aos movimentos sociais, o Manifesto faz uma série de exigências como libertação imediata de todos os presos e o encerramento dos inquéritos policiais de investigação dos manifestantes, garantia ao direito de manifestação e readmissão de todos os trabalhadores que foram demitidos por realizarem greves, como metroviários e funcionários do IBGE. (Metroviários, 2014a)

Os governos estão avançando sobre os movimentos sociais, utilizando a polícia, o judiciário e a grande imprensa. Para responder a esse ataque, os movimentos sociais precisam agir de maneira organizada e unitária. Essa é a conclusão do Ato pelas Liberdades Democráticas, que lotou o auditório Prestes Maia da Câmara dos Vereadores de São Paulo, na noite de 18/7. (Metroviários, 2015a)

Atualmente, a luta pela readmissão dos funcionários demitidos continua a alimentar as reivindicações, uma vez que, das 42 demissões, 26 foram revogadas depois de manifestações, reuniões com o Ministério Público e com políticos solidários. No final de 2014, os movimentos foram surpreendidos com um aumento na tarifa, o que causou uma nova rodada de protestos. Uma aliança entre o MPL e os Metroviários, juntamente com outros sindicatos, organizações estudantis, organizações do movimento negro e partidos políticos, convocou o primeiro ato de 2015 para 9 de janeiro, num comunicado que delineava a pauta das manifestações em três frentes: contra o aumento

das passagens, em defesa dos cobradores de ônibus e pela readmissão dos metroviários (Conlutas, 2014).

6. Conclusão

O caso apresentado acima mostra que os sindicatos e os movimentos sociais tem muito a ganhar quando conseguem firmar a ligação entre os direitos laborais e os direitos sociais, neste caso, as condições de trabalho dos Metroviários aliadas ao direito do cidadão ao transporte público. Para os sindicatos, tais alianças demonstram uma mobilização para além dos interesses laborais restritos, que engloba a luta efetiva pela justiça social, além de criar uma frente de articulação com camadas fora do meio sindical como os jovens ou as minorias (Kloosterboer, 2008: 77). Por outro lado, os movimentos sociais também beneficiam do poder mobilizador dos sindicatos, que garantem adesão aos atos por parte das suas bases, bem como uma estrutura organizacional sólida já acostumada a negociações e relacionamentos de nível institucional (Rucht, 2004: 207).

A diversidade das táticas empreendidas pelo MPL e pelos Metroviários também é de salientar: além da convocação de grandes atos, o MPL organizou ações comunitárias e criativas, como reuniões de bairro, festivais, eventos culturais, “aulas públicas” de consciencialização, entre outras (MPL, 2015b); por sua vez, o sindicato levou as suas bases aos atos, realizou greves e pressionou os órgãos governamentais (Metroviários, 2015b). As duas organizações divulgaram e participaram de iniciativas uma da outra, colocando a união entre trabalhadores e usuários como aspeto central para o êxito da luta em questão. Como coloca Estanque (2011: 60), a união teve “base na solidariedade e partilha da indignação” com a situação do sistema público de transporte, que, por sua vez, refletia o descontentamento geral da população com os sistemas políticos e econômicos no Brasil.

Voltando à afirmação de que, grande parte das atuais lutas continuam direta ou indiretamente ligadas às questões que afetam o mundo do trabalho, a pertinência do sindicalismo como movimento social, articulado em rede para garantir uma voz e um espaço já consolidado, é evidente. Como refere Lousã, “diante de questões tão fracturantes que afetam toda sua vida, [trabalhadores] redescobrirão os sindicatos como... uma junção de forças contra a injustiça que sofrem no mundo do trabalho, em graus diferentes, mas por toda a parte do mundo, aliando-se a toda uma diversidade de movimentos sociais” (2011: 168). Desta forma, os sindicatos podem se beneficiar de um

posicionamento que mantenha suas frentes de articulação institucional ao mesmo tempo que agregue as experiências e aprendizagens dos novos movimentos sociais, para que assim recuperem o papel transformador que outrora tanto contribuiu para o avanço da sociedade de direitos.

Referências bibliográficas

- Agostine, Cristiane (2013), “Movimento Passe Livre apoia metroviários e critica centrais sindicais”, *Valor Econômico*, 10 de julho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://www.valor.com.br/politica/3193940/movimento-passe-livre-apoia-metroviarios-e-critica-centrais-sindicais>.
- ANEL - Assembleia Nacional de Estudantes – LIVRE (2013a), “Manifesto da Frente de luta contra o aumento da passagem”, 11 de junho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://anelonlinesp.blogspot.pt/2013/06/manifesto-da-frente-de-luta-contr-o.html>.
- ANEL - Assembleia Nacional de Estudantes – LIVRE (2013b), “A luta contra o aumento das passagens é de toda a população”, 11 de junho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://anelonlinesp.blogspot.pt/2013/06/a-luta-contr-o-aumento-das-passagens-e.html>.
- Araújo, Ângela Maria Carneiro; Oliveira, Roberto Vêras (2014), “O Sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”, in Roberto Vêras Oliveira; Maria Aparecida Bridi; Marcos Ferraz (orgs.), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 29-60.
- Braga, Ruy (2012), *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Brasil de Fato (2014), “Metro de SP anuncia demissão de 60 metroviários”, *Brasil de Fato*, 09 de junho de 2014. Consultado a 12.01.2015, em <http://www.brasildefato.com.br/node/28817>.
- Carta Capital (2013), “Movimento Passe Livre diz que não fará mais atos”, *Carta Capital*, 21 de junho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-passe-livre-diz-que-nao-fara-mais-atos-1244.html>.
- Castells, Manuel (2013), *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Conlutas (2014), “Trabalhadores e estudantes convocam ato contra aumento da tarifa e pela readmissão dos metroviários”, 30 de dezembro de 2014. Consultado a 12.01.2015, em <http://cspconlutas.org.br/2014/12/trabalhadores-e-estudantes-se-unem-e-convocam-ato-contra-aumento-de-passagens-e-reforcam-campanha-readmissao-dos-metroviarios>.
- Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- Costa, Hermes Augusto (2011), “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas”, in Elísio Estanque; Hermes Augusto Costa (orgs.), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 13-48.
- Della Porta, Donatella; Diani, Mario (1999), *Social Movements: An Introduction* Oxford: Blackwell Publishers.
- Estanque, Elísio (2008a), “Sindicalismo e movimentos sociais: dilemas e perplexidades”, *JANUS - Anuário de Relações Internacionais*. Consultado a 12.01.2015, em http://www.janusonline.pt/2008/2008_4_4_4.html.
- Estanque, Elísio (2008b), “Entre os velhos e os novos activismos: tensões e desafios do movimento sindical”, *JANUS - Anuário de Relações Internacionais*. Consultado a 12.01.2015, em http://janusonline.pt/2008/2008_4_4_5.html.
- Estanque, Elísio (2011), “Trabalho, sindicalismo e ação colectiva: desafios no contexto de crise”, in Elísio Estanque; Hermes Augusto Costa (orgs.), *O sindicalismo Português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 49-62.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012), “Labour Relations and Social Movements”, in Denis Erasga (org.), *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 257-282.
- Fachin, Patricia (2014), “Inicia-se um novo ciclo de lutas da classe trabalhadora brasileira?”, *Brasil de Fato*, 06 de junho de 2014. Consultado a 12.01.2015, em <http://www.brasildefato.com.br/node/28801>.
- Fantasia, Rick; Stepan-Norris, Judith (2004), “The Labor Movement in Motion”, in David A. Snow; Sarah A. Soule; Hanspeter Kriesi (orgs.), *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 555-575.
- G1 São Paulo (2013), “Reajuste da tarifa é revogado em trens, Metrô e ônibus em SP”, G1, 19 de junho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://g1.globo.com/sao->

paulo/noticia/2013/06/reajuste-de-tarifa-e-revogado-em-trens-metro-e-onibus-em-sp.html.

Kloosterboer, Dirk (2008), *Estratégias sindicais inovadoras*. Lisboa: Instituto Ruben Rolo e Fundação Friedrich Ebert.

Lima, Maria da Paz Campos; Artiles, Antonio Martin (2014), “Descontentamento na Europa em Tempos de Austeridade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137-172.

Lousã, Olinda (2011), “Um sindicato ideal é possível! (?)”, in Elísio Estanque; Hermes Augusto Costa (orgs.), *O sindicalismo Português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 137-170.

Magalhães, Vagner (2013), “SP metroviários e MPL fazem protesto contra Alckmin e cartel no Metrô”, *Terra*, 14 de agosto de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-metroviarios-e-mpl-fazem-protesto-contralckmin-e-cartel-no-metro,5eea36b366e70410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>.

Metroviários (2013a), “Contra o aumento das tarifas!”, *Plataforma*, 14 de junho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://metroviarios.org.br/site/images/plataforma/plata598.pdf>.

Metroviários (2013b), “Vale a pena lutar, a tarifa caiu!”, *Carta aberta à população*, 27 de junho de 2013. Consultado a 12.01.2015, em http://metroviarios.org.br/site/images/cartaaberta/cartaaberta_270613.pdf.

Metroviários (2013c), “Chega de Sufoco! Fora as máfias dos transportes!”, *Carta aberta a população*, 13 de agosto de 2013. Consultado a 12.01.2015, em http://metroviarios.org.br/site/images/cartaaberta/cartaaberta_130813.pdf.

Metroviários (2014), “Conheça o Manifesto pelas Liberdades Democráticas, aprovado em 18/7”, 18 de julho de 2014. Consultado a 12.01.2015, em http://www.metroviarios.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=1909.

Metroviários (2015a), Página do Sindicato dos Metroviários de São Paulo no Facebook. Consultado a 12.01.2015, em <https://www.facebook.com/sindicatodosmetroviariosdesaopaulo>.

Metroviários (2015b), *Homepage*. Consultado a 12.01.2015, em <http://metroviarios.org.br>.

- MPL – Movimento Passe Livre (2013a), “Metroviários decretam Estado de Greve! Nossa luta é uma só!”, 23 de maio de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/05/23/metroviarios-decretam-estado-de-greve-nossa-luta-e-uma-so>.
- MPL – Movimento Passe Livre (2013b), “Metroviários e MPL distribuem carta aberta contra os desvios no Metrô!”, 7 de agosto de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/08/07/2005>.
- MPL – Movimento Passe Livre (2013c), “Sobre o ato do dia 14/08”, 13 de agosto de 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/08/13/perguntas-frequentes-sobre-o-ato-do-dia-14>.
- MPL – Movimento Passe Livre (2015a), Página do Movimento Passe Livre SP no Facebook. Consultado a 12.01.2015, em <http://facebook.com/passelivresp>.
- MPL – Movimento Passe Livre (2015b), *Agenda*. Consultado a 12.01.2015, em <http://saopaulo.mpl.org.br/category/agenda>.
- Oliveira, Ana Flavia (2014), “Manifestações de junho colocaram sindicatos em xeque, dizem especialistas”, *IG Último Segundo*, 25 de junho de 2014. Consultado a 12.01.2015, em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-06-25/manifestacoes-de-junho-colocaram-sindicatos-em-xeque-dizem-especialistas.html>.
- Rucht, Dieter (2004), “Movement Allies, Adversaries, and Third Parties”, in David A. Snow; Sarah A. Soule; Hanspeter Kriesi (orgs.), *The Blackwell Companion to Social Movements* Oxford: Blackwell Publishing, 197-216.
- Sampaio Júnior, Plínio de Arruda (2013), “Jornadas de Junho e Revolução Brasileira”, *Revista Interesse Nacional*, 6(23), outubro-dezembro 2013. Consultado a 12.01.2015, em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira>.